

O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*



*Simei Maria de Souza Torres***

A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés dos príncipes, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens.

Padre Antônio Vieira

Inspirada pela conhecida metáfora do padre Antônio Vieira sobre os paradoxos que envolviam a complexa equação entre o poder régio e as distâncias que balizavam o dilatado Império português – o sol, metáfora do poder temporal do rei; a sombra, malha administrativa estendida conforme a distância que, por sua vez, distorcia práticas, tradições e ordens –, Laura de

* SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, 505 p.

** Graduada em História pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), é doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: smstorres@uol.com.br

Mello e Souza presenteia seus leitores com o instigante livro intitulado *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, no qual se propõe a revelar esse Império e suas alongadas sombras.

Produtora de obras de referência como *Desclassificados do ouro* (1980) e *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), uma no campo da história social e a outra da história cultural, a autora retoma a primeira versando sobre as práticas administrativas e as trajetórias de alguns administradores que, sob o manto da Coroa portuguesa, atuaram em sua conquista americana ao longo do século 18, articulando ainda essas trajetórias numa dimensão transatlântica, posto que circulavam por todo o Império.

Nessa empresa, bem como em seu primeiro livro, *Desclassificados do ouro*, Laura de Mello e Souza parte das duas interpretações angulares da administração portuguesa na colônia: a de Caio Prado Jr. (1942) – que qualificava o sistema instalado pela metrópole como caótico, irracional, contraditório e rotineiro – e a de Raymundo Faoro (1975) – que destacava o centralismo e o controle efetivo da colônia por parte das autoridades. A análise empreendida pondera dialeticamente o mando metropolitano, isto é, sua natureza política e prática administrativa, com as devidas imprecisões, nuances e contradições da sua manifestação em formações sociais específicas sob o nexu colonial. Nas palavras da autora, o objetivo desse estudo consiste em

entender os significados do mando no império português, o modo como se constituíram estruturalmente e, ao mesmo tempo, foram se tecendo ao sabor de conjunturas e de atuações individuais; situações e personagens que obedeciam a normas e determinações emanadas do centro do poder, mas que as recriavam na prática cotidiana, tornando às vezes o ponto de chegada tão distinto do ponto de partida que, não raro, ocultava-se ou mesmo se perdia a ideia e o sentido originais.

O livro está organizado em duas partes. Na primeira, *Enquadramentos*, tem curso o debate historiográfico, o arcabouço conceitual, a perspectiva adotada e o contexto geral. Na segunda, *Indivíduos*, são examinados percursos administrativos e trajetórias particulares de seis governadores coloniais em diferentes conjunturas e múltiplas relações no âmbito do Império colonial.



Nessa última parte a autora afirma haver realizado uma *etnografia da prática governativa*, tal como realizara antes uma *etnografia da prática mágico-religiosa* no capítulo final de *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*:

No primeiro capítulo, *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*, retoma o debate, que remonta ao final da década de 1770, sobre o sentido da administração portuguesa na colônia, recuperando as análises de Caio Prado Jr., Raymundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda. Em *Uma nova voga do império*, tópico desse capítulo, a autora passa em revista a recente historiografia dedicada à política e à administração tecendo críticas a alguns autores.

Reconhece em Antônio Manuel Hespanha a sua preciosa contribuição para o entendimento do Estado português e da administração do Império, no entanto detecta alguns *problemas que a aplicação indiscriminada da análise de Hespanha ao contexto brasileiro pode trazer* (p. 52); ressaltando a visão conservadora de Otto Brunner, representante da historiografia constitucional alemã, corrente à qual se filia Hespanha; a *supervalorização dada por este aos textos jurídicos* (p. 55) e, citando Caio Prado Jr., adverte que *o mundo das colônias não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei, que muitas vezes permanecia letra morta e outras tantas se inviabilizavam ante a complexidade e a dinâmica das situações específicas* (p. 56) e, por último, destaca a importância do escravismo na interpretação da condição colonial, uma vez que *Leis, relações de produção, hierarquia social, conflitualidade, exercício do poder, tudo teve, no Brasil, que se medir com o escravismo* (p. 57). É aqui que a contribuição de Hespanha tropeça, especialmente por não dar conta das peculiaridades da prática do poder numa sociedade escravista colonial. Por tudo isso, afirma que os pressupostos teóricos adotados por Antônio Manuel Hespanha *funcionam bem no estudo do seiscentos português, mas deixam a desejar quando aplicados ao contexto do Império setecentista em geral, e das terras brasileiras em específico* (p. 57).

Em outro tópico, *O problema do Antigo Regime*, João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, organizadores do livro *Antigo regime nos trópicos* (2001), são confrontados com duas críticas: a falta de clareza no uso de conceitos como *economia do bem comum* e *economia política de privilégios*, que a autora atribui provavelmente à imprecisão do próprio Hespanha quando se vale do conceito de *economia do dom*, deslocando a análise feita por Marcel Mauss de um mundo desmonetarizado e lançando-o nos tempos do capitalismo em formação; e a proposta dos autores de *romper com uma visão*

dualista e contraditória das relações metrópole-colônia, porque, enfatiza Laura de Mello e Souza, *a contradição, enquanto princípio, define-se como antítese do dualismo. Em situação colonial, onde as contradições são particularmente exacerbadas, a convergência ou coincidência de práticas e interesses é não raro antes forma que conteúdo* (p. 60). Para ela, *o entendimento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos beneficia-se quando considerada nas suas relações com o antigo sistema colonial* (p. 67).

O *sol e a sombra* é a concretização do propósito de relacionar as partes do sistema colonial, incorporando recentes contribuições da historiografia portuguesa – Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, Ângela Barreto Xavier e Fernanda Olival –, no tópico *Perspectivas de renovação*, fazendo-as dialogar criticamente com uma tradição brasileira de pensamento, exemplificada com Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e o próprio Fernando Novais. O resultado é o jogo dialético entre as partes e o todo, eliminando a oposição mecânica entre metrópole e colônia, indo além da relação Brasil-Portugal e procurando, enfim, entender a totalidade do sistema.

O segundo capítulo, *A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII*, analisa especialmente as formulações políticas do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, em particular os perigos internos, como a animosidade dos súditos contra os dominantes, agravada pelos altos tributos, o desleixo dos governadores e a dificuldade de se apelar ao rei, e externos – a incapacidade de defesa efetiva da costa americana tornava frágil a situação – à manutenção do reino e das conquistas. Paralelamente, examina ainda as considerações do autor de *Cultura e opulência: Antonil foi mais um a ver unidade nas partes da América portuguesa, que chamou de Brasil, considerando as drogas e as minas como cimento a uni-las e expressando, a seu modo, o que, mais de dois séculos depois, seria qualificado* [por Caio Prado] *de sentido da colonização* (p. 100).

No terceiro capítulo, *São Paulo dos vícios e das virtudes*, enfrenta o processo de constituição da controversa identidade e memória paulista que, “como boa ideologia, desbastou as contradições inerentes ao papel histórico dos habitantes de São Paulo e sublinhou, isolando-as, as virtudes que, até então, nunca haviam se mostrado em separado dos vícios” (p. 147). O quarto capítulo, *Nobreza de sangue e nobreza de costume: ideias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII*, refere-se à conformação e as especificidades da sociedade nas Minas Gerais, cuja elite buscava enobrecimento e a construção de uma linhagem assentada



no sangue, como no Nordeste açucareiro, além disso, versa sobre os modelos de nobreza vindos da metrópole e o significado de ser nobre em Minas. Dessa forma, finaliza o enquadramento geral.

O quinto capítulo, *Teoria e prática do governo colonial: Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar*, descerra a segunda parte do livro e se ocupa da trajetória de um dos governadores mais controvertidos da Capitania de Minas Gerais. Centrado na interpretação do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, cuja autoria credita ao conde e a dois jesuítas – José Mascarenhas e Antônio Correia, e lidando com outro tema de destaque na construção da memória nacional, a Revolta de Filipe dos Santos, a autora vê no *Discurso, em vez de 'libelo monstruoso', um interessante tratado político da época, manifestação peculiar num universo que, como o luso-brasileiro, foi avaro em textos do gênero, e ímpar no fato de partir da prática governativa e do que ela impunha no dia a dia sobrepujar distâncias com decisões rápidas; sufocar levantes que ameaçavam o poder do rei – para, com base em tradições do pensamento europeu, ensaiar uma teoria do mando em situação colonial* (p. 251). Da prática à teoria, embora estranhando a vida no trópico, Assumar refletiu sobre os impasses e os dilemas que a região mineradora impunha à ação metropolitana e *não se furtou ao desafio de pensar sobre suas contradições*.

O capítulo sexto, *Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral*, trata da atuação ambígua e do jogo duplo de um ex-governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, exemplo das desventuras vividas por um agente que viu frustradas as tentativas de conseguir os diversos cargos que pleiteou nas Minas Gerais. O interesse da autora consiste nas constantes referências a maquinações no reino e suas repercussões nas colônias americanas. Uma densa rede de relações conectava o centro do Império e suas partes, carregando conflitos e transmitindo experiências administrativas. Por sua vez o sétimo capítulo, *Morrer em colônias: Rodrigo César de Meneses, entre o mar e o sertão*, no qual Laura de Mello e Souza explora a dialética entre o mar e o sertão, inicia-se com a narrativa da morte do herói da Guerra de Sucessão Espanhola, ex-governador da Capitania de São Paulo e do Reino de Angola. Dom Rodrigo César de Meneses morreu no mar, dividido entre a fama de honradíssimo e bom administrador e detratado pelos paulistas como déspota, invejoso e colérico e, de acordo com a autora, com a singela *aptidão para bem roubar enquanto bem servia* (p. 302).

O oitavo capítulo, *A remuneração dos serviços: Luís Diogo Lobo da Silva*,

analisa a trajetória do governador Luís Diogo Lobo da Silva, criterioso na produção de situações e documentos comprobatórios capazes de lhe assegurar a devida remuneração por seus serviços, experimentou os limites das dádivas reais, ao não ver recompensados seus esforços despendidos no governo da Capitania de Minas. O penúltimo capítulo, *Os limites da dádiva: Dom Antônio de Noronha*, esmiúça a vida de dom Antônio de Noronha, governador das Minas nomeado em 1774, aquele cuja singularidade *reside sobretudo na coragem de ser original, de pensar com a própria cabeça e segundo os dados empíricos que o dia a dia da governança lhe propiciava, revendo, quando preciso, posições tomadas anteriormente* (p. 355). O exame da prática governativa de dom Antônio propiciou a retomada analítica de Laura de Mello e Souza a um dos pontos centrais do seu livro *Desclassificados do ouro*: a ideia da utilidade dos vadios. Para a autora,

a ideia da utilidade dos vadios das Minas foi, assim, fruto de uma reflexão sofisticada sobre as peculiaridades do meio natural e dos habitantes da capitania: a prática administrativa levava a concepções sobre a ordem social, e a sensibilidade de dom Antônio impunha que reformulasse ideias preconcebidas com flexibilidade maior do que outros seus companheiros na função da governança (p. 378).

Por fim, em *Um servidor e dois impérios: dom José Tomás de Menezes*, o livro se consoma com um canto, o *Canto genetliaco*, composto por Alvarenga Peixoto por ocasião do nascimento de dom José Tomás, filho de dom Rodrigo José de Menezes, que governou as Minas na década de 1780. A trajetória de dom José Tomás é o fio condutor para a análise do momento em que a alteridade colonial começa a tomar fôlego e se consolida na célebre Inconfidência Mineira. Conforme a autora, a história desse homem *pode ser vista como síntese de aspirações comuns a um império luso-brasileiro, gestadas na passagem do século XVIII para o XIX* (p. 18). Com esse caso limite, Laura de Mello e Souza procurou captar as contradições abertas pelas possibilidades da administração portuguesa na América.

Apesar da pluralidade de temas tratados e, por vezes, não muito clara a articulação deles, Laura de Mello e Souza revela partes diversas de um mesmo Império a partir de biografias díspares, nas quais esses homens tinham suas vidas marcadas pela divisão entre dois mundos, metrópole e colônia, e cujas



práticas tornam compreensível a análise que a autora empreende da política e da administração portuguesa na América do século 18.

Referências

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 2.^a ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda B. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.